Data da Publicação: 26/05/2026 **Edição do Diário:** Edição Nº 2159 **Identificador do Ato:** #01065

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,

estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas Resoluções do Senado Federal e pelas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
Os registros contábeis da dívida pública foram realizados em conformidade com o regime de competência patrimonial, observando os princípios da evidenciação, transparência e responsabilidade fiscal, permitindo adequada demonstração das obrigações financeiras de longo prazo do Município.
O crescimento da Dívida Fundada no exercício encontra-se diretamente relacionado à política de investimentos adotada pela Administração Municipal, especialmente na ampliação da infraestrutura urbana e execução de obras públicas estruturantes, cujos benefícios possuem reflexos de longo prazo para a coletividade.

Município de Deodápolis - MS
Diário O?cial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

Diário O?cial Eletrônico do Município de Deodápolis

Terça-feira, 26 de maio de 2026

Ano 2026 | Edição nº 2159 | Página 105 de 168

A Demonstração da Dívida Fundada evidencia, portanto, que o Município manteve controle e gerenciamento de suas obrigações financeiras de longo prazo, conciliando a realização de investimentos públicos com a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro da Administração Municipal.
NOTA K – ANÁLISE GERAL E CONCLUSÃO
As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município de Deodápolis/MS, rela vas ao exercício ?nanceiro de 2025, foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observando as disposições da Cons tuição Federal de 1988, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e das orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE-MS.
As demonstrações re?etem adequadamente a situação:
?

orçamentária;

?

?nanceira;

?

patrimonial;

?